



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

CONTRATO Nº 24/2018

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE E A
EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E
REPRESENTAÇÕES EIRELI, PARA O FIM NELE
INDICADO.**

A **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE**, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.642.415/0001-32, integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, com sede na Av. Dr. José Martins Rodrigues, n.º 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Edson Queiroz, Fortaleza - CE, neste ato representada por sua Secretária, Nágyla Maria Galdino Drumond, portadora da Carteira de Identidade n.º 93013023667 SSP/CE e C.P.F. n.º 614.530.213-53, residente e domiciliada na Rua Rocha Lima, n.º 720, apto. 203, CEP: 60.000-135, Fortaleza – CE, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** ou **SECITECE** e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF n.º 07.468.050/0001-47, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Rosália, n.º 230, Messejana, Fortaleza – Ceará, CEP: 60871-060, Fone: (85) 32768830, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.468.050/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Almeida Filho, n.º 174, Montese, Fortaleza - Ceará, portador da Carteira de Identidade n.º 2002010249637-SSP-CE, e do CPF n.º 367.200.383-20, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20180013 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como no constante nos autos do processo nº 3756557/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial nº 20180013 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades nas áreas **TÉCNICA ADMINISTRATIVA, INFORMÁTICA e SERVIÇOS DIVERSOS**, sendo as atividades desempenhadas nas dependências da Universidade do Trabalho Digital – UTD e na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, no endereço especificado no respectivo Termo de Contrato. de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, deste edital, ficando a SECITECE responsável pela Gestão.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços deste contrato serão realizados nas dependências da Universidade do Trabalho Digital – UTD, situada na Rua Major Facundo, 500 - Centro, Fortaleza – CE, e na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, situada na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz – Palácio Iracema, Fortaleza-CE, podendo ser realocados conforme necessidades da SECITECE.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 1.022.589,72 (hum milhão, vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos).

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente da prestação dos serviços, da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento a contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Presencial nº 20180013.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da seguinte classificação orçamentária:

31100001.12.363.058.22597.03.33903700.1.00.00.0.30



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §10, do art. 65, da Lei Federal no 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.9. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei),



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais atuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

10.10. Apresentar a contratante, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da contratante, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.10.1. Elaborar a escala de férias e enviá-la ao Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, no mínimo com 30 (trinta) dias antes do período de gozo, para ser analisada pela Célula de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CERHU e aprovada.

10.11. Efetuar os pagamentos nos seguintes prazos:

10.11.1. Vale-alimentação no 1º (primeiro) dia do mês da prestação dos serviços.

10.11.2. Salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

10.11.3. Férias até 02 (dois) dias antes do início das férias.

10.11.4. Valores das Diárias até 48 horas antes do início da viagem.

10.11.5. Fornecer mensalmente a entrega de cesta básica aos funcionários contemplados na planilha de preços, que prestam serviço a CONTRATADA.

10.11.6. Realizar pagamento das rescisões de Contratos efetuados no mês dos serviços faturados, assinadas pelos empregados e pelo Sindicato da categoria, conforme o caso.

10.12. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em Fortaleza ou Região Metropolitana.

10.13. Manter preposto da empresa aceito pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, a título de Supervisor, não incluído nos serviços contratados, para acompanhamento da execução do contrato, de todas as obrigações previstas e para manter o contato direto com a administração da SECITECE.

10.14. Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também por todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros, vedada a quarteirização dos serviços.

10.15. Fornecer, até o primeiro faturamento, a relação com o nome do Banco, agência e o número das contas-correntes bancárias de todos os empregados que prestarão serviços na SECITECE.

10.16. Fornecer crachá de identificação para todos os seus terceirizados, conforme modelo do GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, no prazo estipulado pelo Gestor do Contrato.

10.17. Responsabilizar-se e arcar com o ônus decorrente de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais de culpa ou dolo da CONTRATADA e que possam ser alegados, por terceiros contra a CONTRATANTE.

10.18. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à CONTRATANTE, seus empregados e a terceiros, por atos, negligência, omissão, ou imperícia de seu pessoal durante a execução dos



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

serviços nas dependências da CONTRATANTE, obrigando-se desde já a promover a reposição e/ou indenização correspondente aos prejuízos causados.

10.19. Manter sigilo absoluto quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, em especial quanto àqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda.

10.20. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas da CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados, praticado por seus empregados.

10.21. Responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda.

10.22. A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, condicionar o pagamento dos salários e a entrega dos vales-alimentação e dos vales-transporte aos seus empregados, ao recebimento de suas faturas junto à CONTRATANTE.

10.23. Dar ciência a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

10.24. Disponibilizar a(s) vaga(s) destinada(s) ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, respectivamente na(s) função(ões) exigidas conforme Item 4 do Termo de Referência, bem como atendendo a(s) qualificação(ções) exigida(s) no respectivos Termo.

10.25. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

11.7. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal no 8.666/1993.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.9. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal no 8.666/1993.

11.10. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras e de adicional noturno, quando for o caso.

11.11. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamento de inscrições para participação dos empregados em cursos de interesse da SECITECE.

11.12. Descontar, mensalmente, da fatura da CONTRATANTE os valores decorrentes de indenização(ões) ou multa(s) eventualmente registrada(s).

11.13. Solicitar, se for o caso, substituições dos empregados por motivo de férias ou licenças previstas nos custos. Não ocorrendo a substituição, serão deduzidos da fatura os custos inerentes àquela Unidade.

11.14. Avaliar tecnicamente e aprovar os funcionários da CONTRATADA para a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **LUIZ EDUARDO MAIA GADELHA**, orientador da Célula de Desenvolvimento de Recursos Humanos da SECITECE, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal no 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de **GESTOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual extraíram-se 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 01 de novembro de 2018.

Pela CONTRATADA

Pela SECITECE


Marina Lima Pereira
Representante Legal


Nágya Maria Galdino Drumond
Secretária da SECITECE

TESTEMUNHAS:

AO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
A SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180013 - SECITECE / COAFI
PROCESSO Nº 375655/2017

PLANILHA DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - LOTE ÚNICO

CATEGORIA	QTD	S.B	ENC.SOC.	MONT.A	V.A	69,57%		V.T	TX.ADM.	TRIB.	MONT.B.	A+B	CUST. TOTAL
						16,00	32,88						
AUXILIAR DE GESTÃO I	1	2.839,42	1.975,38	4.814,80	365,90	60,00	32,88		-16,85	749,43	1.193,81	6.008,61	6.008,61
ASSISTENTE DE GESTÃO II	1	8.363,49	5.818,48	14.181,97	365,90	61,80	33,53		-49,64	2.079,58	2.491,17	16.673,14	16.673,14
AUXILIAR DE GESTÃO III	4	4.828,45	3.359,15	8.187,60	365,90	61,80	33,53		-28,66	1.228,37	1.660,94	9.848,54	39.394,16
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	1.133,17	788,35	1.921,52	365,90	61,80	33,53	81,61	-6,73	350,21	886,32	2.807,84	5.615,68
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	1.014,54	705,82	1.720,36	365,90	61,80	33,53	88,73	-6,02	322,66	866,60	2.586,96	7.760,88
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS													
DIVERSOS I	1	1.133,17	788,35	1.921,52	365,90	61,80	33,53	81,61	-6,73	350,21	886,32	2.807,84	2.807,84
TECNICO DE ATENDIMENTO	1	2.138,74	1.487,92	3.626,66	348,48	60,00	32,88		-12,69	577,88	1.006,55	4.633,21	4.633,21
14													
Valor Mensal													R\$ 85.480,48
Valor Global Anual													R\$ 1.025.765,76

Prazo de validade de 60(sessenta) dias
Fortaleza(ce), 11 de setembro de 2018

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº135/2016

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE. CONTRATADA: **DOIS PONTOS EMPREENDIMENTOS LTDA**. OBJETO: **Rescisão Amigável o Contrato nº135/2016-DJU-Cagece**, a partir desta data FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 - Processo nº 0049.000156/2018-19-Cagece DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2018 FORO: Fortaleza/CE SIGNATÁRIO: Neurisangelo Cavalcante de Freitas, Diretor-Presidente da Cagece; Cláudia Elizângela Caixeta Lima, Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital da Cagece e Epifanio José Almeida e Silva, Representante da Contratada Fortaleza, 07 de novembro de 2018.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
DIRETOR-PRESIDENTE

**SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**

PORTARIA Nº107/2018 - A SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHÃES**, ocupante do cargo de Presidente da Nuteq, matrícula nº 100.378.1-6, desta Fundação, a **viajar** à cidade de São Paulo - SP, no período de 05 à 07 de novembro de 2018, a fim de participar do I Seminário de Metrologia Legal a ser realizado pela REMESP- Rede Metrológica do Estado de São Paulo, com fins de conhecer as modernas técnicas de gestão de processos e de laboratórios de calibração e ensaio referentes à serviços de qualidade para ações de metrologia legal, concedendo-lhe 2 diárias e meia, no valor unitário de R\$ 236,56 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$ 295,70 (duzentos e noventa e cinco reais e setenta centavos), mais 1 ajuda de custo no valor total de R\$ 236,56 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), e passagem aérea, para o trecho Fortaleza-São Paulo/ São Paulo-Fortaleza, no valor de R\$ 1.584,00 (um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), e quantidade de 0 taxa de transação, totalizando o valor de R\$ 2.707,66 (dois mil, setecentos e sete reais e sessenta e seis centavos), perfazendo o valor de R\$ 2.707,66 (dois mil, setecentos e sete reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea b, § 1º e § 3º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º, arts. 6º, 8º e 10, classe II, do Decreto nº 30.719 de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Fundação. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 01 de novembro de 2018.

Nágyla Maria Galdino Drumond

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº244/2018 - A SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, o servidor **RICARDO DA COSTA E SILVA LIMA**, que exerce o cargo de Orientador de Célula, matrícula nº 108037-1-3, desta Secretaria, a **viajar** nos dias 08 e 09 de novembro de 2018, à cidade de São Paulo-SP, para participar de reuniões na Cari Zeiss do Brasil e Siemens do Brasil, para tratar de assuntos de interesse do PROMOTEC II, concedendo-lhe 01 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$ 189,25, (Cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de 50% (cinquenta por cento) no valor total R\$ 425,82 (Quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$ 189,25 (Cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), as despesas com passagens aéreas serão pagas pela MLW, perfazendo um total de R\$ 615,07 (Seiscentos e quinze reais e sete centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea b, § 1º do artigo 4º, art. 5º e seu § 1º, arts. 10, classe III anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, em Fortaleza, 06 de novembro de 2018.

Nágyla Maria Galdino Drumond

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº249/2018 - A SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do § 1º do art. 6º do Decreto nº 23.636, de 07/03/1995, a **circulação, (além do expediente normal) dos seguintes veículos CHEVROLET S-10 PLACAS PNE 7078; CHEVROLET S-10 PLACAS PNE 6938; TOYOTA COROLLA PLACAS HYX 9399; TOYOTA COROLLA PLACAS HYX 9389; TOYOTA ETIOS PLACAS PND 8158; RENAULT SANDERO PLACAS HYN 7526; RENAULT SANDERO PLACAS HYN 7516 e ÔNIBUS MERCEDES BENZ / ANCAR DOM I ON PLACAS OSI 0494, por 60 (sessenta) dias, contados a partir de 01 de Novembro de 2018. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, em Fortaleza, 01 de novembro de 2018.**

Nágyla Maria Galdino Drumond

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 24/2018**

CONTRATANTE: SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.642.415/0001-32, integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, com sede na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Edson Queiroz, Fortaleza - CE. CONTRATADA: **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF nº 07.468.050/0001-47, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Rosália, nº 230, Messejana, Fortaleza – Ceará, CEP: 60871-060. OBJETO: **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades nas áreas TÉCNICA ADMINISTRATIVA, INFORMÁTICA e SERVIÇOS DIVERSOS, sendo as atividades desempenhadas nas dependências da Universidade do Trabalho Digital – UTD e na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, no endereço especificado no respectivo Termo de Contrato, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, deste edital, ficando a SECITECE responsável pela Gestão. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20180013 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como no constante nos autos do processo nº 3756557/2017 FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 1.022.589,72 (hum milhão, vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos) pagos em até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente da prestação dos serviços, da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31100001.12.363.058.22597.03.33903700.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2018 SIGNATÁRIOS: Nágyla Maria Galdino Drumond, Secretária da SECITECE, pela CONTRATANTE e Marinalva Lima Pereira, Representante Legal, pela CONTRATADA.

Nágyla Maria Galdino Drumond

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO
AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº03/2018

I – CONTRATANTE: FUNCAP; II – CONTRATADA: **A2 GROUP TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.** - ME; III – OBJETO: **prorrogação do prazo de vigência por mais 2 meses, até 23/01/19; IV – SIGNATÁRIOS:** Tarcisio Haroldo Cavalcante Pequeno, Presidente da Funcap e Francisco das Chagas Lima Sobrinho, representante da contratada. FUNCAP, em Fortaleza, 1º de novembro de 2018.

Marília Rêgo G. Matos
PROCURADORA JURÍDICA

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ**

PORTARIA Nº734/2018 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **MARIA AMÉLIA CARNEIRO BEZERRA**, ocupante do cargo Professor, matrícula nº 000646-1-0, desta Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, a **viajar** à cidade de Florianópolis-SC., no período de 23 a 27 de outubro de 2018, a fim de participar do Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação-ENPROP que ocorre anualmente e conta com a participação dos gestores das instituições de pesquisa e de ensino superior no âmbito da pesquisa e da pós-graduação de todo país, a referida professora irá representar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, concedendo-lhe 04 diárias e meia, no valor unitário de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), acrescidos de 40% (quarenta por cento), no valor total de R\$ 1.048,88 (hum mil, quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), mais ajuda de custo no valor de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), totalizando R\$ 1.215,37 (hum mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º, art. 10, classe IV do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, em Sobral-CE., 19 de outubro de 2018.

Fabiano Cavalcante de Carvalho
PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº751/2018 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTÔNIO MARCIÉLYO FONTELES VITAL**, ocupante do cargo Assistente da Gestão em Educação Superior, matrícula nº 000407-1-1, desta Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, a **viajar** à cidade de Recife-PE., nos dias 23 e 24 de outubro de 2018, a fim de participar de audiência, em que é parte a Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, na 20ª Vara do Trabalho do Recife-PE., no